

Atos "Fora Bolsonaro" fortalece a luta em BH e nas cidades do interior pelo impeachment já



Belo Horizonte reafirmou, neste sábado, 24 de julho, seu compromisso com a luta pelo impeachment já e pelo "Fora Bolsonaro". No quarto ato presencial realizado em menos de três meses, milhares de pessoas saíram às ruas para defender a democracia, exigir vacina no braço, comida no prato, emprego, auxílio emergencial de R\$ 600, defender as empresas públicas, protestar contra as privatizações, a reforma administrativa. E mais uma vez, o SINDSEP-MG, representado pelos diretores Jussara Griffó, Rogério Expedito, José de Arimatéia, Dandara Oliveira, Maria da Conceição dos Santos, Maria de Lourdes Silva - se fez presente às manifestações, que ocorreram também em várias partes do estado como Juiz de Fora e Araguari.



Convocados pela Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais (CUT/MG), demais centrais, movimentos sindical, sociais, populares, estudantis e lideranças políticas, os manifestantes se concentraram na Praça da Liberdade. De lá, pessoas de todas as idades, tendências, classes sociais, lideranças políticas saíram em passeata pelas ruas da capital. Todos indignados com a política de morte do governo Bolsonaro -

responsável por mais de 550 mil mortes pela pandemia de Covid-19, e também pelo aumento do desemprego, da fome, da miséria em todo o país.

A passeata, iniciada por volta das 15h30, seguiu pela Avenida Brasil, Praça Tiradentes, Avenida Afonso Pena. O ato foi encerrado no início da noite na Praça Sete, Região Central de Belo Horizonte. Os organizadores garantiram que mais atos, protestos e mobilizações serão realizados e que só sairão das ruas quando o governo de Jair Bolsonaro cair.

“Estamos nas ruas para lutar contra um governo que está destruindo as políticas de emprego e de trabalho, desmontou o Ministério do Trabalho, e quer destruir o Estado brasileiro com a PEC 32, da Reforma Administrativa. Não podemos permitir que isso aconteça. Por isso, temos que continuar unidos e nas ruas”, afirmou Jussara Griffo, diretora do SINDSEP-MG.



Vitória! Relatora da PEC 101/19 emite parecer favorável à admissibilidade da proposta

No último dia 15/07, a deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB) do Acre e relatora da PEC 101/19 emitiu parecer favorável à admissibilidade da proposta. Com isso, não há nenhum empecilho para que a PEC 101/19 possa ser analisada pela Câmara dos Deputados.

A PEC 101/19 dispõe sobre a concessão de Plano de Saúde aos servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, que manusearam o inseticida Dicloro-Difenil-Tricloroetano – DDT. A PEC foi proposta após inúmeras mortes de servidores em vários estados do Brasil, inclusive Minas Gerais, especialmente os relacionados a mortes precoces por faixa etária, e informações de laudos periciais judiciais que sugerem uma relação direta por intoxicação dos profissionais que manusearam o inseticida Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) na extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM). Não bastasse, a grande maioria desses profissionais está desassistida de assistência médica e de tratamentos especializados, situação essa que agrava a qualidade de vida dos trabalhadores que sobrevivem com constantes problemas de saúde.

O parecer favorável da relatora é um grande passo rumo à concessão de Plano de Saúde aos servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, que manusearam o inseticida DDT. Agora devemos nos unir e pressionar o Congresso a aprovar essa proposta que esse grupo de trabalhadores possam desfrutar dignamente da vida pós uma importante missão da proteção de saúde do povo brasileiro, em especial no processo de colonização nas diversas regiões deste País, e assim, poder estancar a mortalidade precoce desse grupo de trabalhadores.

Reforma Administrativa: Relatório deve vetar comissionados em cargos de chefia

O relator da Reforma Administrativa (PEC 32/20), deputado Arthur Maia (DEM-BA), anunciou que deve acatar emenda para garantir que cargos de chefia sejam ocupados por servidores de carreira, e não comissionados.

“O projeto original prevê que possa haver indicação para cargo de chefia de pessoas que não são do quadro público. Isso vai aumentar o número de cargos de comissão e a influência política sobre a administração direta”, disse o deputado. A decisão foi tomada depois da divulgação de nota da Conorf (Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle) do Senado Federal que avalia que, da forma que está, a PEC facilita “a captura do Estado por interesses privados”.

O texto original da reforma retira restrições para a ocupação de cargos e confiança e de chefia. Além disso, permite que os novos cargos de liderança e assessoramento se ocupem também de atribuições técnicas. A

análise da Conorf mostra que, com as mudanças, 207,3 mil postos passariam a poder ser usados para indicar apadrinhados políticos.

Estabilidade

O relator também avalia se insere ou não na PEC a listagem de quais carreiras serão consideradas "típicas de Estado". Essas poderiam manter o benefício da estabilidade. A opinião do relator é de que isso deve ser feito por meio de um projeto de lei complementar, mas há grande pressão das categorias para que sejam resguardadas já na PEC.

Enquanto a lista ainda não é uma certeza, o relator afirma que planeja alterar a expressão "carreira típica de Estado" para "carreiras exclusivas de Estado", que definiria mais claramente quais profissionais estariam protegidos.

Avaliação de desempenho

Partidos de oposição tem reclamado que a regulamentação da avaliação de desempenho dos servidores pode abrir margem para perseguições políticas. Para sanar essa dúvida, o relator da Reforma Administrativa propõe que as novas regras tenham como foco as formas de premiar servidores com bom desempenho, em vez de punir aqueles que têm avaliação negativa.

Para os servidores que estejam com desempenho ruim, o deputado propõe a criação de política de "gestão de desempenho" para dar as ferramentas necessárias para que o servidor tenha melhora.

Além disso, Arthur Maia disse que quer estabelecer travas para evitar que a decisão de demitir servidor fique nas mãos de uma única pessoa.

Aumentar a pressão

A cada dia, mais dados comprovam a farsa que é a PEC 32/20 da reforma administrativa. Ao contrário, do que o governo prega, essa PEC só quer acabar com os serviços públicos e prejudicar ainda mais população que depende desses serviços. É por isso que temos de aumentar nossa mobilização, esclarecer a população sobre as reais intenções do governo com essa PEC, sobre os prejuízos que a aprovação dessa reforma vai trazer para os (as) brasileiros (as), sobretudo os mais pobres e pressionar os parlamentares da sua região a não apoiar a PEC 32/20!

Todos juntos contra a PEC 32/20!

ALERTA: Ministério alerta para site falso que coleta informações de servidores

O Ministério da Economia pediu a suspensão de um site falso registrado no exterior que coleta informações de usuários e senhas do Sistema de Gestão de Acesso do Governo Federal (Sigac). O sistema permite que gestores alterem dados do funcionalismo federal.

O login único do Sigac também permite o acesso ao Sigepe. Nesse sistema, os servidores federais do Poder Executivo (ativos e inativos), funcionários de estatais e pensionistas obtêm informações sobre contracheques e férias, baixam comprovantes do Imposto de Renda e atualizam ou alteram dados cadastrais.

O alerta foi publicado pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia. O endereço falso é o "sigacgestor.com". O site verdadeiro do Sigac (<https://sso.gestaodeacesso.planejamento.gov.br/>) está em fase de transição para o novo sistema SouGov.br.

A secretaria do Ministério da Economia orienta os servidores federais a digitar o CPF e a senha do Sigac somente em páginas que tenham o domínio gov.br ou em aplicativos baixados da loja virtual oficial do governo. Caso alguém tenha inserido os dados no site falso, o órgão pede a troca imediata da senha do Portal Gov.br e dos sistemas Sigac/Sigepe.

Em caso de dúvidas, os servidores públicos devem entrar em contato com a Unidade de Gestão de Pessoas do seu órgão ou com a Central de Atendimento Sipep, no telefone 0800-978-9009. A central também pode ser acessada pela internet.